



■ HISTÓRIA

As raízes da agricultura sustentável

A trajetória das tecnologias que inseriram o agronegócio brasileiro no cenário internacional

O Brasil é hoje líder na agricultura tropical e, graças aos frutos do agronegócio, tem conseguido superar crises como a que ora o mundo enfrenta, destaca José Roberto Postali Parra, professor titular do Departamento de Entomologia e Acarologia da Esalq/USP. “A Andef, nesses 35 anos de existência, teve papel relevante no processo, seja por meio do incentivo às novas tecnologias de aplicação de agroquímicos, principalmente o MIP, Manejo Integrado de Pragas, seja pelo treinamento de agricultores no âmbito nacional.”

“A agricultura brasileira nos últimos 35 anos experimentou mudanças fabulosas”, observa Antonio Roque Dechen, engenheiro agrônomo e diretor da Esalq/USP. Em 1974, lembra Dechen, o Brasil iniciava, segundo Norman Borlaug – Prêmio Nobel da Paz em 1970 –, a segunda grande revolução da agricultura, que foi a do uso de tecnologia nas condições do Cerrado. Segundo o diretor da Esalq, o sucesso foi tão grande que inseriu o agronegócio brasileiro no cenário internacional. “Este sucesso é fruto do trabalho dos profissionais de ciências agrárias, das universidades, de associações e de entidades, destacando-se entre elas a Andef, que, ao lado de suas empresas, desenvolve um intenso programa de pesquisa com entidades de ensino e de ciência, proporcionando a introdução da alta tecnologia no mercado nacional.”

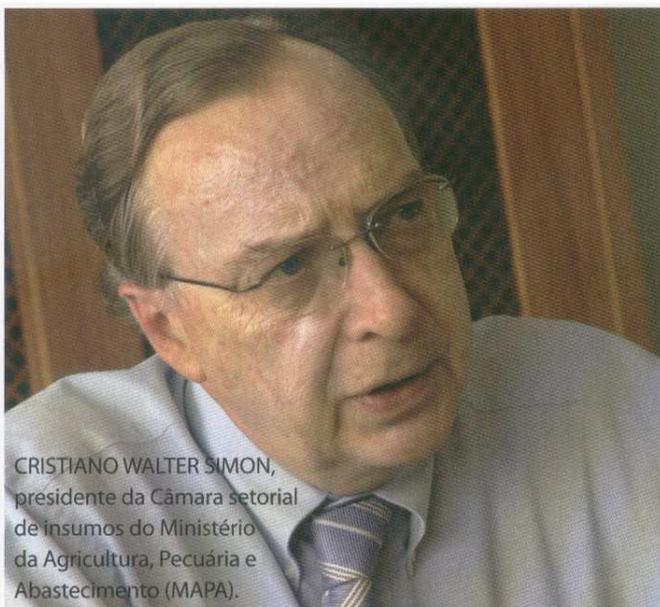
Láercio Giampani, vice-presidente da Andef e presidente do Sindag atribui os méritos à atual direção, mas também a todos

os dirigentes e colaboradores que a conduziram em quase quatro décadas. “Esse grupo de pessoas deu excepcionais contribuições ao gigantismo conquistado pelo agronegócio brasileiro, sobretudo por seu empenho em promover a defesa vegetal e a segurança no campo”, elogia o dirigente.

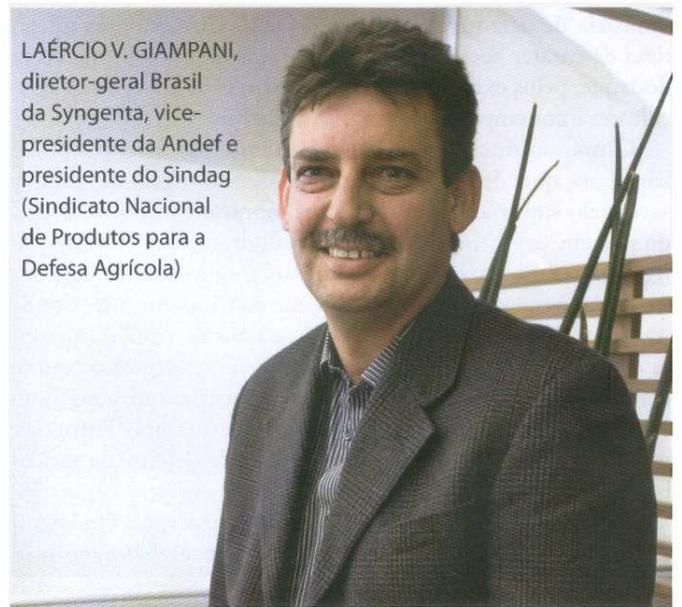
“As indústrias conseguiram feitos notáveis nesses 35 anos”, lembra Cristiano Walter Simon, que trabalhou na entidade por 22 anos, 18 deles como presidente. Atualmente, ele é vice-presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e presidente da Câmara Setorial de Insumos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). “Logo que ingressei na Andef, deparei com uma legislação de 1934. As exigências dessa lei eram muito modestas. Os produtos eram extremamente persistentes e tóxicos, como o BHC e o DDT”, diz Simon. Os herbicidas estavam surgindo, só havia produtos antigos no mercado. Não havia exigências ambientais, nem de saúde, o registro era feito apenas pelo Ministério da Agricultura. Pouco se conhecia sobre as preocupações ambientais. “Elas começaram a surgir na década de 1960 com a publicação do livro da Raquel Carson, *A Primavera Silenciosa*, em que ela faz um grande alerta ao mundo sobre os riscos dos pesticidas. A indústria começou a se preocupar em nível mundial. Aqui, nós começamos a pensar seriamente na mudança da legislação.”

De acordo Cristiano Walter Simon, na época o sentimento ambientalista na sociedade começava a surgir e era necessário fazer algo condizente não só com as preocupações agrônômicas, mas também atender às exigências ambientais e de saúde. “Foi aí que conseguimos desenvolver uma legislação, depois de várias audiências públicas. Em 1989, foi promulgada a Lei 7.802, que é Lei dos Agrotóxicos.”

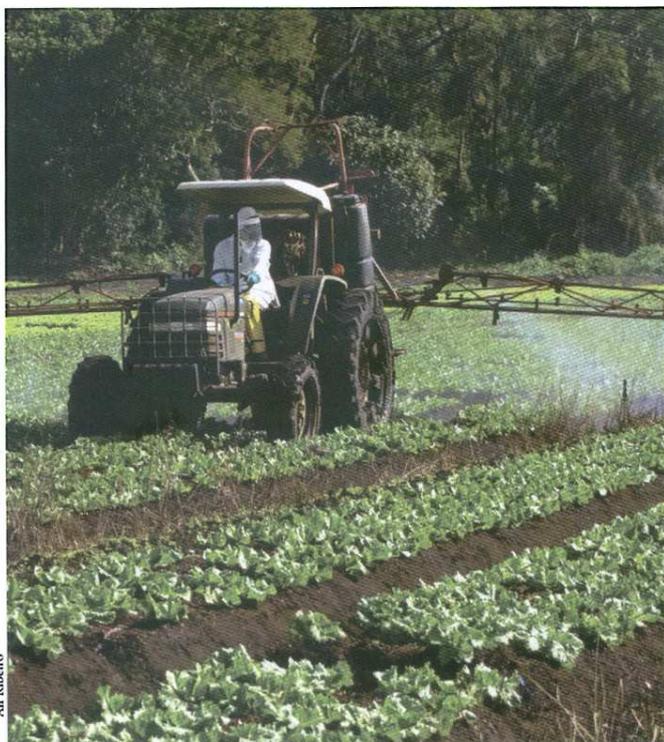
O problema não era apenas o uso com pouco critério dos defensivos pelo agricultor, mas também o fato de a fiscalização



CRISTIANO WALTER SIMON,
presidente da Câmara setorial
de insumos do Ministério
da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento (MAPA).



LAÉRCIO V. GIAMPANI,
diretor-geral Brasil
da Syngenta, vice-
presidente da Andef e
presidente do Sindag
(Sindicato Nacional
de Produtos para a
Defesa Agrícola)



ser muito menos eficiente do que é hoje. Por isso, na verdade, foi a indústria que se antecipou às exigências e aprimorou o uso dos produtos. Na parte, por exemplo, do monitoramento de resíduos, a Andef fez vários trabalhos para verificar se o que era publicado na imprensa era real. “Em alguns casos, sim. Em outros, o problema era inexistente. Se há problema de resíduo, é porque o produto está sendo mal aplicado. Também havia casos de intoxicação, mas a toxicidade dos produtos diminuiu muito nos últimos anos. Ou seja, enfrentamos a fase em que tudo estava por ser feito.”

Hoje se fala muito em sustentabilidade, mas vinte anos atrás o tema era assunto de pouquíssimos círculos de especialistas em todo o mundo. Mas, em 1990, a Andef e suas entidades parceiras criavam o Curso Simpas, Sistema Integrado de Manejo da Produção Sustentável. “Na época, na área de defesa vegetal, as coisas não eram tão claras, mas os técnicos foram se especializando, os toxicologistas estudando o tema, médicos escreveram livros sobre tratamentos a pessoas intoxicadas”, diz o ex-presidente da Andef. “Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) não eram utilizados na prática, e a lei obrigou a sua utilização. Vale lembrar que os primeiros EPIs não eram muito práticos para um ambiente tropical. Os equipamentos feitos de lona e borracha não permitiam a transpiração, as máscaras embaçavam. As indústrias desenvolveram EPIs de tecidos mais leves, que transpassam o ar, mas não o líquido.”

O receituário agrônomo foi outro grande marco, pois disciplinou as vendas e distribuiu as responsabilidades. A Andef criou um departamento de treinamento para os engenheiros agrônomos, liderado por Marçal Zuppi, e começou os cursos com agrônomos no Brasil inteiro. Outro fato marcante foi a realização, juntamente com a Embrapa, do 12º Congresso Internacional de Proteção de Plantas, no Rio de Janeiro. “O tema foi o manejo integrado. Foi um momento marcante, uma grande aliança entre a Andef e os grandes cientistas e pesquisadores do Brasil”, conta Simon.

O registro hoje é um dos grandes gargalos que a indústria encontra para poder acelerar sua evolução tecnológica, segundo o ex-presidente da Andef. “A legislação vigente determina que os órgãos oficiais têm 120 dias para deferir ou indeferir um processo, e a verdade é que não se consegue um registro com menos de dois a quatro anos – quando se consegue.”

Nesses 35 anos, outro legado da pesquisa e desenvolvimento das empresas associadas da Andef foi gerar produtos modernos, usados em quantidades muito menores por hectare. “Em gramas, quando antigamente eram quilos por hectare. Em 1965, falava-se em 20 a 30 quilos por hectare de pó seco, depois de 2 a 4 litros por hectare, e hoje se aplicam 15 a 50 gramas por hectare”, compara Cristiano Simon. Ele acrescenta que o manejo integrado da produção é uma prática largamente utilizada nas principais lavouras. Não há como fazer uma agricultura segura e saudável sem o MIP.